

EDITORIAL N.º 25

A INFLAÇÃO EM ANGOLA E OS DESAFIOS DA POLÍTICA MONETÁRIA

POR: ANTÓNIO ESTOTE

Não há dúvida de que são necessários cada vez mais kwanzas para comprar a mesma quantidade de bens e serviços, ou melhor, com a mesma quantidade de kwanzas compram-se cada vez menos bens e serviços, uma vez que os rendimentos não têm aumentado, originando a perda progressiva do poder de compra das famílias, empresas e Estado (agentes económicos).

Todavia, os agentes económicos são atingidos de forma distinta, cuja intensidade depende das suas expectativas em relação aos preços e das suas respectivas escolhas.

Para a maioria, a inflação absorve o poder de compra, levando as pessoas a consumirem menos e/ou a pouparem menos e, portanto, reduz o bem-estar da população e, em muitos casos, conduz à miséria extrema.

A inflação perturba o sistema financeiro, por um lado, reduzindo a poupança e, por outro, porque os agentes económicos escolherão aplicar as suas poupanças na aquisição de bens duradouros ou activos protegidos contra a inflação e, por conseguinte, o sistema financeiro carecerá de recursos para posteriormente conceder créditos às empresas e às famílias.

Para outros, gera desperdício de tempo e recursos, procurando bens e serviços mais baratos e criando custos adicionais na reprogramação dos caixas.

Para alguns, distorce o investimento, absorvendo o rendimento esperado, para além da incerteza dos preços futuros. Por exemplo: uma aplicação de 500.000 Kz a uma taxa anual de 20%, no final do período receberá 600.000 Kz, dos quais 500.000 capital investido e 100.000 de juros. No entanto, com um objectivo de inflação de 18.5% os juros passam de 100.000 para 5.405 Kz.

Para os devedores, redistribui-se a riqueza. Por exemplo: um indivíduo pede emprestado 100.000 Kz e compra uma Televisão; passado 6 (seis) meses o mesmo paga ao credor 105.000 Kz. Porém, com este montante, o credor não consegue comprar uma televisão similar, uma vez que, devido a inflação, a mesma passou a custar 110.000 Kz.

Em suma, é importante manter a inflação baixa e estável, reduzindo as incertezas na economia e, assim, proporcionar um ambiente favorável ao crescimento económico e à criação de emprego melhorando, desta forma, o bem-estar da população.

Naturalmente, qualquer angolano tem a sua expectativa sobre o aumento de preços. Todavia, uma análise rigorosa não pode basear-se no livre-arbítrio de cada angolano, mas sim, na inflação que o Governo se propôs atingir. Portanto, a melhor aproximação do objectivo de inflação é a constante do Plano de Governo 2017-2022 e, se formos menos exigentes, dos objectivos de inflação dos orçamentos gerais do Estado, uma vez que estes são aprovados pela Assembleia Nacional.

A infografia abaixo, demonstra que a inflação apresentada pelo Instituto Nacional de Estatística (barra vermelha) tem sido sistematicamente superior às metas previstas no Plano de Governo 2017-2022 (barras azuis). Quanto ao Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 (barra amarela), foram iguais, em 24% e 17%, nos anos 2017 e 2019, respectivamente, inferior em 4 pontos percentuais, no ano de 2018, e superior em 12 pontos percentuais, em 2020.

Face aos OGE's (barras cinzas), a inflação, em 2017, esteve acima 8 pontos percentuais e, em 2018 e 2019, esteve abaixo 10 e 8 pontos percentuais, respectivamente. Por fim, em 2020, a inflação foi igual ao objectivo para este ano.

Acreditamos, que deve-se garantir maior eficácia da previsão dos objectivos de inflação. Na nossa análise, o executivo tem apresentado metas de inflação bastante optimistas e inconsistentes. Por exemplo: prevê-se uma redução de 7,5 pontos percentuais no objectivo de inflação, de 25%, em 2020, para 18,5%, em 2021. Contraditoriamente, para o mesmo ano, prevê-se uma depreciação do

kwanza de 29%, de 578, em 2020, para 744 Kz/ USD, em 2021. Quais são as outras componentes da inflação que se sobreporão à desvalorização do kwanza?.

Se é consensual que a inflação mensal em Angola tem crescido sistematicamente, já não o é a sua fiabilidade. Digamos, a redução de 0,007 pontos percentuais, na inflação apresentada pelo INE, em Outubro de 2019 é incoerente com a ciência e a realidade económica, uma vez que, nesse mês, o Banco Nacional de Angola adoptou o regime de câmbio flexível, com forte desvalorização do Kwanza e, em simultâneo, o Ministério das Finanças implementou o IVA, ambas as medidas de política económica com impacto na subida dos preços no consumidor.

Concluimos, da análise desta incoerência, que os preços recolhidos pelo INE, estavam sobrevalorizados em pelo menos 50%, o que veio a ser confirmado, em Janeiro de 2021, quando INE alterou os preços referentes a Dezembro de 2020. Não estava em causa o número de produtos que constituem o IPC, nem os ponderadores e, muito menos, o ano de base, mas sim, o erro no lançamento dos preços. Todavia, corrigindo o efeito dos preços, os nossos cálculos apontam para uma inflação, em 2019, num intervalo entre 50% a 90% e, em 2020, em torno de 55%.

Tal anomalia, compromete toda política monetária, antes mesmo, de ser implementada, uma vez que o instrumento que serve para medir o seu alcance não é realístico (inflação do INE). Recordamos que, a Política Monetária possui como principal objectivo garantir a estabilidade de preços, definindo uma meta de inflação a médio e longo prazo inferior a um dígito, segundo o BNA e, inferior a dois dígitos, segundo o Plano de Governo 2017-2022. Desta forma, o BNA tem reduzido os níveis de liquidez para controlar o aumento dos preços e, em contrapartida, tem aumentado o custo de financiamento dos bancos, o que, por sua vez, reduz a concessão de crédito, influenciando a redução do investimento, do consumo e do emprego.

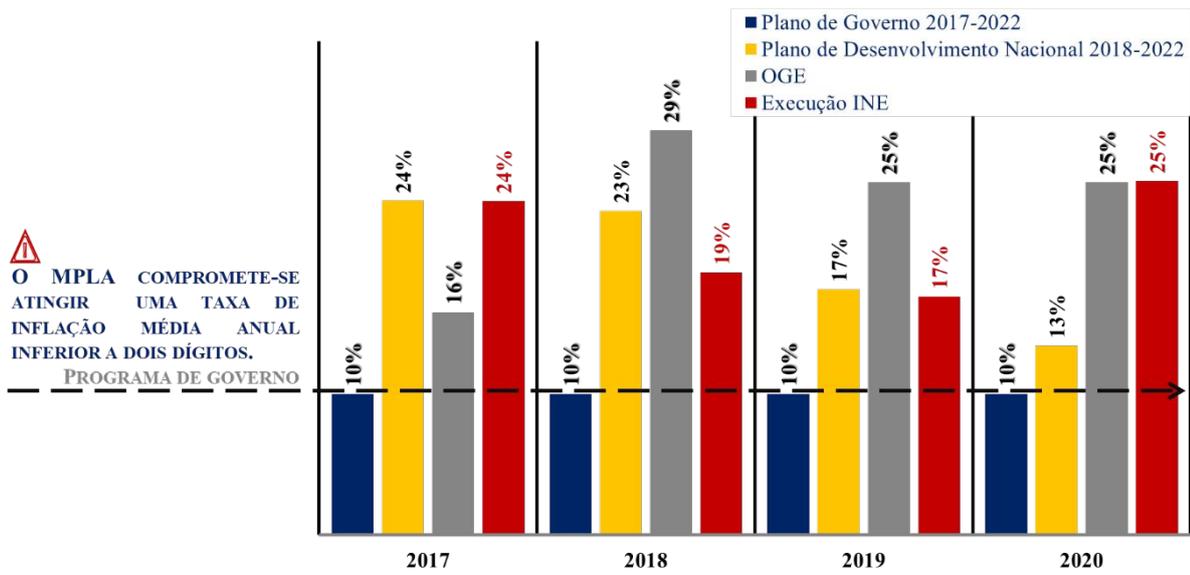
Esta abordagem pressupõe uma inflação de procura (excesso de procura) quando, no caso actual de Angola, a inflação é essencialmente resultante da escassez de oferta (como reconheceu recentemente o Governador do BNA), dos custos de produção dependentes da importação e da pressão sobre a procura de moeda externa.

Por isso, é nossa opinião que o BNA deva aumentar o crédito como principal instrumento para materialização das metas de inflação, influenciando o investimento e, por conseguinte, o aumento da oferta de bens e serviços e, sempre que necessário, utilize a abordagem monetária como válvula de escape.

De forma análoga a uma panela de pressão, o fomento do crédito é a quantidade de fogo “lume”, o conteúdo da panela é a economia real e o nível de liquidez é a válvula de escape. Desta forma, o BNA devia aumentar o fogo para aumentar a produção e, se necessário, usar a válvula do nível de liquidez para permitir libertar alguma eventual pressão adicional.

Luanda, 13 de Abril de 2021

OBJECTIVOS DE INFLAÇÃO



Fonte: Elaboração própria com base, no Plano de Governo 2017-2022 | Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 | OGE's.